

João Pessoa, PB, 5 a 11 de maio de 2014 - nº 19 - Ano XVII

ALPB julga contas do Governo Estadual

O Fórum dos Servidores participará, quarta-feira (14), da Audiência Pública na Assembleia Legislativa para debater as contas do Governo Ricardo Coutinho, do exercício financeiro de 2011.

Embora houvesse recomendação técnica pela não aprovação das contas, os Conselheiros do Tribunal de Contas votaram em favor do Governo. Contudo, quando do julgamento pela ALPB, o Fórum dos Servidores e a Paraíba acreditam no compromisso público dos deputados, que votarão com base no parecer técnico e na forma da lei, o que contrariará o Governador e aliados que, no afã de confundirem a opinião pública, defendem o discurso de que o julgamento da ALPB obedecerá a critérios políticos.

Revista do Servidor denuncia caos no serviço público

O Fórum dos Servidores lançou a Revista do Servidor durante café da manhã realizado segunda-feira (5), na Caixa Beneficente da Polícia Militar, em João Pessoa.

A publicação denuncia as precariedades existentes no serviço público em face do descaso do Governo Ricardo Coutinho que, além de investir contra os servidores públicos, promove o desmantelamento na segurança, saúde, educação, entre outras áreas essenciais à população.

O conteúdo da Revista do Servidor está disponível para os leitores nos sites das entidades que compõe o Fórum, entre elas o Sindifisco-PB: www.sindifiscopb.org.br.

Autoridades prestigiaram

Mais de 200 pessoas participaram do lançamento da Revista do Servidor, que contou com servidores públicos, lideranças de movimentos sociais e autoridades do segmento político, entre as quais os deputados estaduais Vituriano de Abreu, Janduhy Carneiro, Frei Anastácio, Raniery Paulino, Trócollini Junior e Gervásio Maia, o deputado federal, Major Fábio, e a deputada federal, Nilda Gondim, esta representando ainda o senador Vital do Rego. Do Legislativo Municipal, estiveram presentes os vereadores Fuba, de João Pessoa; e Sebastião Bastos, de Santa Rita, além do Secretário Municipal da Transparência Pública de João Pessoa, Éder Dantas, representando o prefeito da Capital.

Pré-candidatos

Os pré-candidatos ao governo, Tércio Teixeira (PSOL), Major Fábio (PROS) e Veneziano Vital do Rego (PMDB) destacaram a iniciativa do Fórum em reunir, em um único documento, um diagnóstico completo do serviço público.

Presidentes partidários

O evento contou também com os presidentes partidários José Maranhão (PMDB) e Charlinton Machado (PT), Tavinho Santos (PTC) e Renan Palmeira (PSOL).

CPI do Trauma

Na próxima reunião semanal do Fórum dos Servidores, quarta-feira (14), as entidades vão discutir, mais detalhadamente as denúncias relativas ao Hospital de Trauma de João Pessoa, gerido pela Cruz Vermelha em regime de pactuação com o Estado. Várias irregularidades foram apontadas na gestão, em relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado, o que ensejou à Assembleia Legislativa a promover uma audiência pública, quarta-feira (7), para cobrar explicações do Governo. As justificativas do secretário de Saúde, Waldson de Sousa, não foram consistentes, portanto, não convenceram.

O Fórum dos Servidores oficiou à Mesa Diretora da ALPB solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, com objetivo de investigar os fatos e, por fim, a sociedade paraibana saber, definitivamente, o que está por trás dessa negociação feita pelo Governo.

Governo tenta fragilizar o Estado

Desde que assumiu em 2011, o governador Ricardo Coutinho se mostra intransigente e não dialoga com a categoria fiscal, quebrando uma tradição entre governos e Sindifisco-PB, que sempre buscaram soluções para os possíveis impasses. Incapaz de dialogar, o governo ainda tenta retaliar as carreiras de Estado, como a Defensoria Pública, Polícias Cíveis e Militares, Procuradores e o próprio o Fisco. Exemplos emblemáticos não faltam, como em 2012, com a expedição da Medida Provisória 183 que, transformaria a Secretaria da Receita em subsecretaria; MP 184, que permitia a ocupação dos cargos em comissão por pessoas alheias aos quadros do Fisco, colocando em risco o sigilo fiscal dos contribuintes e a MP 185, que revogaria o artigo 8º da Lei do Subsídio, um mecanismo de reajuste do Subsídio por meio de superação de metas de arrecadação.

As matérias foram rejeitadas pela Assembleia Legislativa, configurando uma vitória da Paraíba, reafirmando que o Legislativo e a sociedade não se curvarão diante da tentativa de enfraquecer os órgãos fiscalizadores e responsáveis pelo fortalecimento do Estado.